

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 022/2023
PROCESSO Nº 032/2023 - PREGÃO Nº 022/2023 (ELETRÔNICO)

OBJETO: Contratação de Seguro Total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES, conforme especificação detalhada no item 02 do Termo de Referência – EXECUÇÃO IMEDIATA.

DATA DA SESSÃO: 20/06/2023	HORÁRIO: 13hs.	LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal, COMPRASNET https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp	
TIPO DA LICITAÇÃO: Menor Preço.	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.	MODO DE DISPUTA: Aberto.	FORMA DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO: EXECUÇÃO IMEDIATA E DE FORMA CONTÍNUA DURANTE VIGÊNCIA DO CONTRATO

PRAZO E LOCAL DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO: Conforme Cláusula 4 do Anexo I - Termo de Referência.

CENTRO DE CUSTO INTERESSADO/REQUISITANTE: Seção de Frotas.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado de mediante a apresentação da apólice, aceite do fiscal do contrato e entrega do boleto, juntamente com as certidões negativas conjunta e do FGTS, em até 30 (trinta) dias. Conforme Cláusula 6 do Anexo I – Termo de Referência.

RECURSO(S) ORÇAMENTÁRIO(S):

17.512.0050.4005 – 339039 - Manutenção dos Serviços de Água Tratada - Outros
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

RECURSO(S) FINANCEIRO(S):

Próprio.

VALOR TOTAL MÉDIO ESTIMADO PARA ESTE PROCESSO (VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL): R\$ 8.666,46
(Oito Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Quarenta e Seis Centavos).

NORMAS APLICÁVEIS: Decretos Municipais nºs 11.433/2019, 11.604/2020, 11.955/2021, 12.990/2023, 12.973/2022 e 13.030/2023, Lei Municipal nº 4.370/2019 e Leis Federais nºs. 10.520/2002 e 8.666/93, Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal nº 7.892/2013, posteriores alterações, demais legislações, condições fixadas no Edital e Portaria nº 021/2022 prorrogada pela Portaria nº 050/2023 e Lei Municipal nº 4.325/2019.

ENDEREÇO DO SETOR DE LICITAÇÕES: Sede Administrativa, Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-141.

ACESSO AO EDITAL: Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site: www.dmaespontenova.mg.gov.br ou no site do Portal de Compras do Governo Federal, COMPRASNET www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES e PUBLICAÇÕES: E-mail: pregao2@dmaespontenova.mg.gov.br e/ou Quadro de Avisos e/ou Diário On Line da AMM – Associação Mineira de Municípios www.diariomunicipal.com.br/amm-mg (Órgão de Imprensa Oficial do Município de Ponte Nova, instituído pela Lei Municipal nº 4.370/2019), e/ou DOE/MG www.jornalminasgerais.mg.gov.br, no Site Oficial do DMAES www.dmaespontenova.mg.gov.br e no Portal de Compras do Governo Federal, COMPRASNET, endereço www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg.

ESCLARECIMENTOS: E-mail: pregao2@dmaespontenova.mg.gov.br ou na Sala do Setor de Licitações (Sede Administrativa, endereço supracitado), de 12h as 18h.

CONTATO: PABX (31) 3819-5350
Ramal Pregão (31) 3819-5371
3819-5360.

ORIENTAÇÕES DO COMPRASNET PARA OS LICITANTES: <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf>

IMPORTANTE:

- 1.OS LICITANTES DEVERÃO SE MANTER LOGADOS NO SISTEMA DO COMPRASNET DURANTE TODA A SESSÃO, EXCETO DURANTE OS PERÍODOS EM QUE O PREGÃO ESTIVER SUSPENSO, E SE COMPREMENTE EM ESTAREM LOGADOS EM TODOS OS MOMENTOS DE RETOMADA DA SESSÃO, ATÉ A TOTAL FINALIZAÇÃO DO PREGÃO, QUE SE DARÁ COM O ATO DA PREGOEIRA ENCERRANDO A SESSÃO.**
- 2.A SESSÃO DO PREGÃO PODERÁ DURAR MAIS DE UM DIA, OU VÁRIOS DIAS, CONSECUTIVOS OU NÃO, SENDO AS DATAS E HORÁRIOS DEFINIDOS PELA PREGOEIRA NO MOMENTO DE SUSPENSÃO DE CADA SESSÃO, INFORMADO NO ATO PELO CHAT E/OU AVISO.**
- 3.OS INTERESSADOS DEVERÃO ESTAR CADASTRADOS PREVIAMENTE NO SICAF E INSERIR PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES NO COMPRASNET ATÉ O DIA E HORA MARCADOS PARA A SESSÃO.**
- 4.EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE, O(A) PREGOEIRO(A) DA SESSÃO IRÁ SE COMUNICAR COM OS LICITANTES, DURANTE A SESSÃO, APENAS VIA CHAT DO COMPRASNET, PARA QUE A CONVERSA FIQUE REGISTRADA E ACESSÍVEL À TODOS OS PARTICIPANTES. O(A) PREGOEIRO(A) NÃO ATENDERÁ LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E NEM RESPONDERÁ E-MAILS SOBRE O PREGÃO, ENVIADOS DURANTE A SESSÃO.**
- 5.EVENTUAIS FALHAS DE CONEXÃO DO LICITANTE, SERÃO DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.**
- 6.OS LICITANTES AO PROTOCOLAREM SUAS PROPOSTAS ACEITAM TACITAMENTE TODAS AS CONDIÇÕES, INCLUSIVE A DE RESPONDEREM PRONTAMENTE NO CHAT E O ENVIO DE ANEXOS, QUANDO CONVOCADOS PELA PREGOEIRA.**
- 7.É DEVER LEGAL DA PREGOEIRA TENTAR NEGOCIAR COM O DETENTOR DO MENOR VALOR APÓS A FASE DE LANCES, A FIM DE OBTER UMA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, FUNDAMENTADO NA LEI 10520/20 DE 2002 E NO ACÓRDÃO 2622/2021, QUE DIZ: NA MODALIDADE PREGÃO, A TENTATIVA DE NEGOCIAÇÃO PARA REDUZIR O PREÇO FINAL CONSTITUI-SE EM UM "PODER-DEVER" DA ADMINISTRAÇÃO.**
- 8.É DEVER DOS LICITANTES RESPONDER À PREGOEIRA SEMPRE QUE FOREM CONVOCADOS PELA MESMA, VIA CHAT OU PARA ENVIO DE ANEXO.**
- 9. COM BASE NOS PRINCÍPIOS DO FORMALISMO MODERADO E DA RAZOABILIDADE, EM CONSONÂNCIA COM O ACÓRDÃO TCU Nº 988/2022, DURANTE A SESSÃO PÚBLICA A PREGOEIRA PODERÁ SOLICITAR A COMPLEMENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**
- 10.TODOS OS ARQUIVOS JUNTADOS NO COMPRASNET DEVERÃO ESTAR, PREFERENCIALMENTE, EM FORMATO .PDF**

ÍNDICE

PREÂMBULO.....	4
I – DO OBJETO	4
II – DA ÁREA SOLICITANTE	5
III – DA DISPONIBILIDADE DO EDITAL, AVISOS, CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	5
IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	7
V – DO CREDENCIAMENTO	8
VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	9
VII – DA PROPOSTA DE PREÇOS	10
VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.....	14
X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	15
XI – DA HABILITAÇÃO	17
XII – DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES.....	22
XIII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	22
XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	23
XV – DAS SANÇÕES E PENALIDADES	23
XVI – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/ENTREGA	26
XVII – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	28
XVIII – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....	30
XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	34
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	40
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC XXXIII DO ART. 7º DA CF/88	41
ANEXO IV – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	42
ANEXO V – MINUTA DA ORDEM DE FORNECIMENTO	43
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX.	44

PREÂMBULO

O DMAES – Departamento Municipal de Água Esgoto e Saneamento de Ponte Nova/MG, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, Ponte Nova, Minas Gerais, CEP: 35430-141, inscrito no CNPJ sob o nº 23.802.507/0001-64, Inscrição Estadual nº Isento, registrado na Unidade de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal – **UASG sob o nº 928496** torna público, que mediante determinação e aprovação do Diretor Geral do DMAES, a abertura de licitação, PROCESSO Nº 032/2023, na modalidade PREGÃO Nº 022/2023, NA FORMA ELETRÔNICA, *EDITAL Nº 022/2023, cujo objeto é Contratação de Seguro Total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES, conforme especificação detalhada no item 02 do Termo de Referência, destinado exclusivamente para MEI/ME/EPP*, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, FORMA DE FORNECIMENTO: EXECUÇÃO IMEDIATA, que se regerá pelas disposições dos Decretos Municipais nºs 11.433/2019, 11.604/2020, 11.955/2021, 12.990/2023, 12.973/2023 e 13.030/2023, Lei Municipal nº 4.370/2019, pelas Leis Federais nºs 10.520/2002 e 8.666/93, Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal nº 7.892/2013, subsidiariamente pelas demais legislações aplicáveis e posteriores alterações e pelas demais condições fixadas neste Edital. A presente licitação será conduzida por servidores efetivos do DMAES, Lúcio Mauro Gomides, nomeado Pregoeiro Oficial, assessorado por sua Equipe de Apoio composta pelos servidores, Elias Antônio Coutinho, titular, e Eliana Felício Vieira e Carlos Henrique Marcelo, suplentes, designados pela Portaria nº 021/2022 prorrogada pela Portaria nº 050/2023, sendo que o a Sessão Pública ocorrerá na forma eletrônica e será realizado através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, compras.gov.br, endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, considerando o Termo de Acesso concedido ao DMAES pelo Ministério da Economia, sendo realizado no dia **20/06/2023 às 13hs.**

I – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha de proposta mais vantajosa, considerando o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, visando o *Contratação de Seguro Total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES, conforme especificação detalhada no item 02 do Termo de Referência– EXECUÇÃO IMEDIATA, e demais anexos deste Edital.*

1.2. A presente licitação poderá ser dividida em itens, conforme tabela constante do Anexo I – Termo de Referência, facultando-se o licitante a participação em quantos forem de seu interesse ou à totalidade deles.

1.3. O objeto da licitação poderá ser adjudicado a mais de um licitante, considerando o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observado o Anexo I – Termo de Referência quanto às especificações e condições.

1.4. O código do CATMAT/CATSER/CATSER foi utilizado como referência, e portanto, sob qualquer hipótese, prevalece a descrição do Anexo I – Termo de Referência do Edital.

1.5. pesquisa de mercado foi realizada pelo **Setor de Compras**, sendo este, **responsável pela determinação do valor máximo aceitável para cada item/lote.**

II – DA ÁREA SOLICITANTE

2.1. O Setor/Centro de custo Requisitante, responsável pela especificação do objeto e as condições para aquisição do mesmo é: **Seção de Frotas.**

III – DA DISPONIBILIDADE DO EDITAL, AVISOS, CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Cópia deste Edital estará disponível na íntegra, no site oficial do DMAES, endereço eletrônico www.dmaespontenova.mg.gov.br/licitacoes, ou ainda, no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, compras.gov.br, endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, ou poderá ser solicitado pelo E-mail pregao2@dmaespontenova.mg.gov.br.

3.1.1. Os autos do Processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço da sede, em dias úteis, de 12 as 18h.

3.1.2. Em caso de divergência entre o descrito no Edital e Termo de Referência e o descrito no Portal de Compras Governamentais do Governo Federal, prevalecerá as descrições e unidades contidas neste Edital e Anexos.

3.2. As empresas e/ou representantes interessadas, obrigam-se a acompanhar as publicações no site oficial do DMAES, endereço eletrônico www.dmaespontenova.mg.gov.br/licitacoes, e/ou no Diário On Line da AMM – Associação Mineira de Municípios - Órgão de Imprensa Oficial do Município de Ponte Nova, instituído pela Lei Municipal nº 4.370/2019, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amm-mg, e/ou no Quadro de Avisos da Autarquia e/ou no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, compras.gov.br, onde será realizado Pregão Eletrônico, endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com vista a possíveis decisões, impugnações, alterações, avisos e demais atos.

3.2.1. Informações relevantes poderão ser divulgadas pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial, razão pela qual os interessados deverão acompanhar frequentemente o andamento, pelos meios supracitados.

3.2.2. Não será considerada alegação de desconhecimento de atos publicados.

3.3. Os pedidos de esclarecimentos sobre as regras do Edital ou sobre especificação ou condições do objeto poderão ser encaminhados até 03 (três) dias úteis, antes da Sessão, para o e-mail pregao2@dmaespontenova.mg.gov.br, ou, pelo site oficial do DMAES, endereço eletrônico www.dmaespontenova.mg.gov.br, ou pelo Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, compras.gov.br, endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.3.1. As respostas do(a) Pregoeiro(a) serão feitas por escrito, em até 02 (dois) dias úteis, ao respectivo solicitante, e poderá contar com subsídios do requisitante ou da área técnica/jurídica.

3.3.2. Caso a resposta seja relevante, será disponibilizada no Portal de Compras do governo Federal - COMPRASNET, compras.gov.br, endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e vincularão os participantes e a administração.

3.4. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da Sessão.

3.4.1.A impugnação poderá ser mediante petição PESSOALMENTE ou VIA POSTAL, na Sede Administrativa, Setor de Licitações, ou na forma ELETRÔNICA, VIA E-MAIL pregao2@dmaespontenova.mg.gov.br, ou pelo Portal de Compras do Governo Federal, COMPRASNET, compras.gov.br, endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.4.2. Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de até 02 (dois) dias úteis, ou em prazo necessário, caso tenha auxílio do Requisitante, do setor técnico ou da Assessoria Jurídica.

3.4.3. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo representante da licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário, com indicação de seu nome ou razão social, CPF/CNPJ, endereço e, no caso de licitante, comprovante do poder de representação legal (se sócio: contrato social; se procurador: contrato social e procuração particular, ou somente procuração pública).

3.4.3.1. Se protocolizados na Sede do DMAES, os documentos citados acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo(a) Pregoeiro(a) ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/1993. Caso enviados por e-mail, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar a apresentação dos originais nos termos indicados, quando entender necessário.

3.4.4. Serão consideradas intempestivas as impugnações que não sejam recebidas pelo(a) Pregoeiro(a) no prazo estabelecido, entregues em local ou forma diversa, ou por outras razões.

3.4.5. Acolhida a impugnação, caso a alteração afete a formulação das propostas, o Edital será retificado, e será designada nova data para a realização da sessão e dada a devida divulgação, sendo a retificação publicada nos mesmos locais onde se deram as publicações do Edital, nos termos da lei.

3.4.5.1. Não haverá retificação quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4.5.2. Não acolhida a impugnação, o processo continuará o seu trâmite.

3.4.6. A decisão do(a) Pregoeiro(a) será enviada ao impugnante via e-mail, e será divulgada no site oficial do DMAES, endereço eletrônico www.dmaespontenova.mg.gov.br e no Portal de Compras do Governo Federal, COMPRASNET, compras.gov.br, endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.4.7. As impugnações não acolhidas e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos.

3.5. A entrega da Proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3.6. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

3.6.1. Anexo I – Termo de Referência;

3.6.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

3.6.3. Anexo III – Modelo de Declaração de Atendimento ao Inc. XXXIII do art. 7º da CF/88;

3.6.4. Anexo IV – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;

3.6.5. Anexo V – Minuta da Ordem de Fornecimento;

3.6.6. Anexo VI – Minuta do Contrato.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão, pessoas jurídicas cujo objetivo social previsto no Contrato Social seja do ramo pertinente ao objeto, que cumpram plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3 de 2018, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar os interessados:

4.2.1. que estejam cumprindo suspensão de participação ou impedidos de contratar com a Administração Pública no âmbito do Município de Ponte Nova;

4.2.2. que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública no âmbito do Município de Ponte Nova;

4.2.3. que sejam pessoas jurídicas em consórcio e não cumpram o disposto no art. 9º da Lei 8666/93;

4.2.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;

4.2.6. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

4.2.7. que tenham como sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor de qualquer órgão ou entidade do Município de Ponte Nova/MG, bem como parentes, consanguíneos, correlatos ou por afinidade, nos termos da legislação vigente.

4.3. A observância às vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4.4. A simples participação na licitação implica a aceitação de total e irrestrita submissão dos proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

4.5. **As empresas qualificadas como MEI/ME/EPP**, deverão estar aptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecimento estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, desde que não se enquadrem nas exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal.

4.5.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei 11.488/2007, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar 123/2006.

4.6. Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49;

4.6.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que ME/EPP/MEI.

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para ME/EPP/MEI, caso haja a assinalação do campo “não” apenas produzirá efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que ME/EPP/MEI.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição;

4.6.6. que a Proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2009.

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei e neste Edital.

V – DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, COMPRASNET, compras.gov.br, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com a solicitação do login e a senha pelo interessado, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações deste Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1. A não observância do disposto acima poderá ensejar desclassificação na habilitação.

5.6. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso, sob total responsabilidade do cadastrado.

VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da Sessão Pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento da proposta e da documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF atualizados conforme a validade, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados pelo sistema.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, mesmo com restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou pelo(a) Pregoeiro(a) ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da Sessão Pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. A Proposta e a Habilitação somente serão disponibilizadas pelo Sistema para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da etapa de lances.

6.9. Caso o licitante deixe de anexar o arquivo contendo a Proposta ou parte dela nos termos do item 6.1 serão analisadas as informações registradas do Sistema Eletrônico do Portal de Compras Governamentais.

6.9.1. Caso o registro traga todas as informações solicitadas no Edital referente a Proposta prévia, o registro poderá ser admitido como Proposta, assegurado ao(a) Pregoeiro(a) o direito de rejeita-la caso não possua todas as informações solicitados neste Edital.

6.10. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

VII – DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 7.1.1. Valor unitário e total do item, em moeda corrente nacional (sendo consideradas até duas casas após a vírgula);
- 7.1.2. Marca e modelo, bem como o registro nos órgãos reguladores/certificadores quando cabível.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

- 7.2.1. Todas as condições previstas no Termo de Referência, deverão ser observadas para a elaboração da Proposta.
- 7.2.2. Toda a especificação estabelecida do objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta.
- 7.2.3. O encaminhamento da Proposta pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.
- 7.2.4. Caso haja divergência entre a descrição do portal de compras governamentais e o Termo de Referência, prevalece o Termo de Referência constante do Edital.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou prestação dos serviços, especialmente os custos de frete, que correrão por conta do licitante vencedor na forma estabelecida no Termo de Referência – Anexo I.

- 7.3.1. Na formulação da proposta, a licitante deverá computar todos os custos relacionados ao objeto, desde sua produção até seu FORNECIMENTO ou EXECUÇÃO e quitação, ficando esclarecido que não será admitida qualquer alegação que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados, ressalvadas as hipóteses de majoração ou criação de encargos fiscais.
- 7.3.2. O preço deverá ser cotado incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos.
- 7.3.3. O DMAES poderá efetuar a retenção de encargos, impostos e taxas, sobre as Notas Fiscais, nos termos da legislação vigente.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

- 7.5.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado ou esteja divergente para menor na Proposta da licitante, o prazo mínimo estipulado pelo DMAES será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 7.5.2. Se, por motivo de força maior, a homologação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse desta autarquia.

7.5.3. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, estaduais e municipais, quando participarem de licitações públicas.

7.6.1. O descumprimento das regras estabelecidas pela Administração, que venham a ser descumpridas, total ou parcialmente, pelos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.7. O Modelo da Proposta é a constante no Anexo II do Edital.

7.8. A proposta de preços deverá corresponder com precisão o objeto, na sua totalidade ou em parte.

7.9. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

7.9.1. Contiverem cotação do objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

7.9.2. Não atendam às exigências deste Edital.

7.9.3. As cotações que ofereçam preços ou vantagens não previstas neste Edital.

VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em Sessão Pública, por meio de sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, compras.gov.br, endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no dia **20/06/2023 às 13hs.**

8.2. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas na forma eletrônica, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas aceitas, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para mensagens do(a) Pregoeiro(a) e os licitantes, quando convocados.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando os horários fixados da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, deverá ser de no mínimo 1% do valor máximo aceitável para cada item, conforme disposto no Anexo I - Termo de Referência.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10 A etapa de lances da Sessão Pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

8.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

8.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente.

8.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da Sessão Pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes.

8.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta, e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.20. Em relação ao Item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.26.1. no país;

8.26.2. por empresas brasileiras;

8.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.28. Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá NEGOCIAR, encaminhando pelo chat do sistema eletrônico a contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, devendo o convocado responder no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) no ato da convocação.

8.29. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.29.1. Por razões de interesse público e/ou devido à complexidade da elaboração da Proposta, bem como por motivo fortuito ou de força maior, o prazo estabelecido no item 8.29 poderá ser prorrogado.

8.30. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.31. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.32. É de inteira e total responsabilidade do licitante interessado manter-se logado no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL - COMPRASNET, COMPRAS.GOV.BR, durante todo o Pregão, mesmo que o mesmo seja suspenso, retomado em outra data, e atender a convocação do(a) Pregoeiro(a) sempre que solicitado, até a finalização do Pregão.

IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, à critério da administração, ou provocada por terceiros, que devem apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a Sessão Pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, quantas vezes entender necessário, por meio de funcionalidade disponível no sistema, tendo o licitante o prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido.

9.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.8.1. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.9. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

9.10. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A Proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

Edital nº 022/2023 – Processo nº 032/2023 – Pregão nº 022/2023 (Eletrônico)

Objeto: Contratação de Seguro Total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES, conforme especificação detalhada no item 02 do Termo de Referência – EXECUÇÃO IMEDIATA

Página 15 de 54

- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- 10.1.3. conter a indicação do responsável pelo acompanhamento do Processo, do responsável legal da empresa e seu CPF, e o telefone e e-mail para contato.

10.2. A Proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer do FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e aplicação de eventual sanção à ADJUDICADA, se for o caso.

- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na Proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a ADJUDICADA.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;
- 10.3.2. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A Proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à Proposta de outro licitante.

10.6. As Propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. O modelo de Proposta Final é o constante no Anexo II.

10.8. Após a fase de julgamento das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar a Proposta Final na fase em que julgar mais conveniente, ainda que antes de verificar as condições de habilitação, devendo solicitar anteriormente à adjudicação por meio de funcionalidade do sistema, podendo solicitar a proposta individual anexada em cada item vencido, ou uma única Proposta Final com todos os itens vencidos anexados em item determinado pelo(a) Pregoeiro(a).

10.9. Caso o licitante deixe de anexar o arquivo contendo a Proposta atualizada, ou parte dela, serão consideradas as informações registradas do Sistema Eletrônico do Portal de Compras Governamentais para decisão sobre sua aceitação ou não.

10.10. O prazo para envio da Proposta Final poderá ser ampliado, conforme conveniência da Administração, por decisão do(a) Pregoeiro(a) Oficial.

10.11. O não envio da Proposta Final atualizada, no prazo estipulado pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial poderá ensejar na não aceitação da Proposta visto que a mesma deverá ser juntada ao Processo e vincula o licitante vencedor à obrigação assumida.

XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção.

11.1.1. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração de que trata o inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, só impedirá o licitante de concorrer nesta Licitação, caso tenha sofrido a penalidade diretamente pelo município de Ponte Nova que impeça a participação no certame ou a futura contratação (ressalvada a exceção tratada neste Edital), mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

11.1.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

11.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.4. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será realizada mediante apresentação dos documentos de habilitação de que tratam este edital, dispensada esta apresentação na

hipótese de os documentos de habilitação já constarem do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

11.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da Sessão Pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.7.1. Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;**
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;**
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;**

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.7.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.7.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de Certidão emitida pela Secretaria Estadual competente ou outro documento comprobatório equivalente;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de Certidão emitida pela Secretaria Municipal competente ou outro documento comprobatório equivalente;

11.7.2.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.7.2.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.7.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Liquidação Judicial ou de Execução Patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do seu domicílio, no caso de pessoa física.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contabilista Registrado no Conselho Regional de Contabilidade e devidamente registrado na Junta Comercial ou outra repartição equivalente com poderes para tanto, ou via SPED.

11.7.3.1. A boa situação financeira, a que se refere a alínea acima, estará comprovada através dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), os quais deverão ser calculados na forma que segue obedecendo aos seguintes parâmetros:

a) Liquidez Geral

$LG = (\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}) / (\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}) = \text{igual ou maior que } 1,0.$

b) Liquidez Corrente

$LC = \text{Ativo circulante} / \text{Passivo circulante} = \text{igual ou maior que } 1,0.$

c) Solvência Geral

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}) = \text{igual ou maior que } 1,0.$

11.7.4. Qualificação Técnica:

a) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprove aptidão para fornecimento do objeto desta licitação, indicando o endereço do atestante, de forma a permitir possível diligência para esclarecimentos, conforme modelo de Anexo apresentado no Edital.

11.7.5. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, assinada pelo representante legal do licitante, conforme modelo do Anexo III.

11.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123 de 2006, estará dispensado da apresentação prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

11.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.9.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a Sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto neste Edital.

11.12. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.13. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.15. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do Pregão.

11.15.1. O Atestado de Capacidade Técnica poderá ter sido emitido a qualquer tempo, visto que não poderá ser exigido limitação de prazo, conforme § 5º do artigo 30 da Lei nº 8.666/1993.

11.16. Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados de forma diversa ao aqui estabelecido.

11.17. A Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, deverá apresentar **toda a documentação exigida para a habilitação**, inclusive os **documentos comprobatórios da regularidade fiscal**, mesmo que apresentem alguma restrição.

11.17.1. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a MEI/ME/EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do DMAES, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

11.17.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido o(a) Pregoeiro(a).

11.17.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

11.17.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo

facultado o(a) Pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

11.17.5. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.18. Poderão ser consultados sítios oficiais emissores de certidões para complementação da habilitação, não sendo o DMAES responsável caso, no momento da consulta, venham apresentar indisponibilidade ou erros.

11.19. A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto, ou a ausência, ressalvada as exceções, **inabilitará** o licitante.

11.20. A apresentação correta dos documentos acarretará na declaração do vencedor.

XII – DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

12.1. Declarado o vencedor, será concedido o **prazo de trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) poderá ou não avaliar o mérito recursal.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada no endereço da Sede Administrativa, constante do Edital.

XIII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A Sessão Pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da Sessão Pública precedente ou em que seja anulada a própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

13.1.2.1. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao (s) licitante (s) vencedor (es), competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

14.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao (s) licitante (s) vencedor (es) e homologará o procedimento licitatório.

14.3. A Homologação será publicada no Diário Oficial do Município, para conhecimento geral.

XV – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

15.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, obedecerá, no âmbito da Administração Pública do Município de Ponte Nova, às normas estabelecidas no Decreto Municipal nº. 11.955/2021.

15.1.1. As disposições do Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, nos termos que dispõe a legislação vigente.

15.1.2. Toda e qualquer contratação realizada pela Administração Pública deverá prever no instrumento convocatório, contrato ou nota de empenho a aplicação de penalidade de multa administrativa nos casos de atraso e inexecução parcial ou total do objeto contratado.

15.1.3. A previsão que trata este artigo engloba a forma de aplicação da penalidade, inclusive com fórmula própria e/ou percentual, de maneira a propiciar sua exequibilidade.

15.1.4. A finalidade das sanções administrativas em licitações e contrato é reprovar a conduta praticada pelo sancionado, desestimular a sua reincidência, bem como prevenir sua prática futura pelos demais licitantes contratados.

15.2. As pessoas físicas ou jurídicas licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas estão sujeitas às sanções seguintes.

15.3. ADVERTÊNCIA: A sanção de advertência será aplicada em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

15.4. MULTA: A multa é a sanção pecuniária que será imposta à pessoa física ou jurídica licitante ou à contratada responsável pelo atraso/mora no cumprimento de suas obrigações licitatórias ou contratuais ou pela prática de determinados atos, de acordo com os percentuais a seguir:

15.4.1. Percentuais de multa moratória:

- I- 0,5% (zero, cinco por cento) por dia de atraso injustificado, ou de justificativa recusada pela Administração, relacionado ao prazo de entrega/fornecimento do bem ou à execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 5% (cinco por cento);
- II- 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado, ou de justificativa recusada pela Administração, relacionado ao prazo de entrega/fornecimento do bem ou à execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 15% (quinze por cento);

15.4.2. Percentuais de multa compensatória:

- I- 10% (dez por cento) sobre o valor do bem ou serviço contratado, pelo descumprimento de qualquer obrigação por parte da pessoa física ou jurídica, exceto aquelas relacionadas ao prazo de entrega/fornecimento ou execução.

15.4.3. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

15.4.4. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.

15.4.5. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.

15.4.6. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas no Decreto.

15.5. IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Ponte Nova e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I – não assinar o contrato ou a Ata de Sistema de Registro de Preços;
- II – não entregar a documentação exigida no edital;
- III – apresentar documentação falsa;
- IV – causar o atraso na execução do objeto;
- V – não mantiver a proposta;
- VI – falhar na execução do contrato;
- VII – fraudar a execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo;
- IX – declarar informações falsas; e
- X – cometer fraude fiscal.

15.5.1. As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

15.5.2. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

15.6. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA:** A suspensão é a sanção que impossibilita a participação de pessoa física ou jurídica em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral, de acordo com os prazos a seguir:

I- mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenada ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;

II – mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando a licitante solicitar cancelamento da proposta após o resultado do julgamento;

III – mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o contrato/nota de empenho ou retirar/receber a autorização/ordem de entrega/fornecimento do bem ou prestação do serviço;

IV – mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;

V – mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada apresentar documentos fraudulentos nas licitações, em prejuízo da responsabilização penal e civil;

IV – mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.6.1. A suspensão poderá ser aplicada até o dobro, em caso de reincidência.

15.6.2. A declaração de inidoneidade será aplicada pela máxima autoridade do DMAES.

15.6.3. A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

15.6.4. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada na forma do Decreto Municipal 11.955/2021 e seus efeitos extensivos a toda Administração Pública.

15.7. A(s) advertências(s) prevista(s) acima serão aplicadas pela autoridade superior, de ofício.

15.8. Uma vez advertido o licitante vencedor e não cumprido o prazo de 02 (dois) dias a contar da advertência, o setor interessado (requisitante) lavrará Termo circunstanciado do descumprimento do contrato, que será encaminhado à Comissão especialmente designada, conjuntamente com a Assessoria Jurídica para que sejam tomadas as medidas necessárias para aplicação das demais sanções e penalidades previstas acima.

15.9. A aplicação das sanções e penalidades pela Autoridade Superior, após apreciação da defesa apresentada pelo inadimplente, garantida a observância aos princípios administrativos do Contraditório e da Ampla Defesa, por meio de prazo adequado à prévia defesa e observará os seguintes procedimentos:

15.9.1. O licitante será notificado do descumprimento, para apresentação da defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua notificação, sendo-lhe assegurada vista imediata aos autos;

15.9.2. Decorrido o prazo de defesa, se necessário, será solicitado aos requisitantes que se manifestem no prazo máximo de 02 (dois) dias, garantido nesse caso o direito do licitante em apresentar nova defesa em igual prazo;

15.9.3. Expirado os prazos, a Autoridade Superior decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pela aplicação ou não da sanção ou penalidade, e declaração de inidoneidade;

15.9.4. O licitante poderá interpor pedido de revisão, por uma única vez, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da decisão, cujo julgamento se dará em igual prazo.

15.10. A aplicação das sanções e penalidades será precedida de regular Processo Administrativo.

15.11. A aplicação das penalidades previstas neste artigo são cumulativas e não excluem outras que possam decorrer pelo não cumprimento do pactuado.

15.11.1. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por não cumprimento do contrato/ata, o atraso no seu cumprimento parcial, total ou início de sua execução.

15.12. Os valores das multas aplicadas, deverá ser recolhido, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção/penalidade.

15.13. Se, durante o processo de aplicação de sanção e penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.15. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o DMAES poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.17. O DMAES adotará rito similar ao adotado pela União para a instauração de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, podendo editar normas específicas sobre a matéria.

XVI – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/ENTREGA

16.1. Os itens que compõem deverão ser fornecidos ou executados conforme consta no Anexo I – Termo de Referência.

16.2. Será feita Inspeção de Recebimento, no ato da ENTREGA OU EXECUÇÃO, onde os materiais entregues ou os serviços prestados serão avaliados pela qualidade e atendimento satisfatório aos anseios do DMAES.

16.2.1. Em caso de reprovação na inspeção de recebimento, a licitante deverá proceder a troca ou reparo do mesmo no prazo máximo de dois dias úteis.

16.3. Os ITENS ADJUDICADOS, para serem aceitos pelo setor solicitante e pelo Almoxarifado, deverão atender e comprovar os seguintes requisitos:

16.3.1. Serem fabricados ou executados de acordo com suas respectivas NBR'S e demais normas técnicas.

16.3.2. Ter grande solidez e aceitação no mercado nacional.

16.3.3. Atenderem plenamente às necessidades para o qual serão utilizados.

16.3.4. Serem aprovados pela inspeção de recebimento.

16.3.5. Cumprimento do disposto neste Edital.

16.3.6. Atendimento exigências do DMAES.

16.4. Todos os detalhes referentes à ENTREGA ou EXECUÇÃO, deverão ser tratados diretamente com o requisitante, Seção de Frotas, pelo telefone 31 3819-5350.

16.4.1. TODOS OS CUSTOS REFERENTES AO FORNECIMENTO OU EXECUÇÃO, INCLUSIVE FRETE/TRANSPORTE DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO PREÇO FINAL.

16.5. O objeto deverá ser garantido contra quaisquer defeitos de fabricação, execução, montagem, embalagem, transporte, descarga ou ainda, considerados inadequados.

16.6. Os itens serão recebidos pelos requisitantes ou pelo responsável pelo almoxarifado da seguinte forma:

16.6.1. Provisoriamente, a partir da ENTREGA OU EXECUÇÃO, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta.

16.6.2. Definitivamente, após a verificação pelos requisitantes da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará em até 10 (dez) dias do recebimento provisório.

16.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.8. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

16.9. FORMA

16.9.1. O serviço deverá ser imediato durante a vigência do contrato.

16.9.2. Os serviços deverão ser executados, conforme necessidade e exigências do DMAES, com todas as despesas inclusas incluindo material e mão de obra.

16.9.3. A seguradora deverá disponibilizar um número de telefone de fácil acesso, que receba ligações sem custo para o segurado, tanto de telefones fixo quanto móvel.

16.9.4. A seguradora deverá oferecer possibilidade transferência de seguro, de um veículo para o outro, sem custo adicional, mesmo quando não se tratar de veículo 0Km.

16.9.5. A seguradora deverá realizar vistoria antes da emissão dos cartões de segurado.

- 16.9.6. A seguradora deverá prestar pronto atendimento, inclusive quando necessário, no local do sinistro, principalmente quando se tratar de danos a terceiros.
- 16.9.7. Como pronto atendimento subentende-se em **até 01(uma) hora** após a solicitação para a solução ou encaminhamento da demanda.
- 16.9.8. A sede do DMAES fica à Avenida Ernesto Trivellato, 158, bairro Triângulo, CEP: 35430-141, Ponte Nova/MG.

XVII – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. Todas as despesas diretas e indiretas deverão estar incluídas no preço até o FORNECIMENTO ou EXECUÇÃO total pela adjudicatária e quitação pelo DMAES.

17.2. O DMAES, antes de efetuar o pagamento, consultará os sites eletrônicos para emissão dos documentos de regularidade para com a Fazenda Municipal (quando se tratar de empresa do Município de Ponte Nova), INSS e FGTS, Trabalhista.

17.2.1. Se por qualquer motivo, não for possível a emissão dos mesmos pelo DMAES, a Seção de Finanças entrará em contato com a empresa, solicitando o envio dos mesmos, e o pagamento ficará retido até a apresentação dos documentos dentro do prazo de validade.

17.2.2. Persistindo a irregularidade, o DMAES adotará medidas necessárias à rescisão, através de Processo Administrativo, em que seja assegurada ampla defesa à adjudicatária.

17.2.3. Havendo a efetiva execução do objeto, até que se decida e se efetive a rescisão, os pagamentos deverão ser realizados à adjudicatária.

17.2.4. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado pela autoridade superior, não será rescindido o instrumento celebrado entre as partes.

17.3. O DMAES disporá de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da Nota Fiscal, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, o conteúdo da Nota Fiscal.

17.3.1. Em caso de atraso do pagamento, o DMAES pagará à licitante vencedora a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência, para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstas neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a licitante vencedora não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

17.3.2. A entrega da Nota Fiscal não implica no cumprimento das formalidades exigidas nem tampouco na aceitação da mesma.

17.4. O Pagamento será à vista, e o DMAES disporá de 30 (trinta) dias, após a apresentação da NOTA FISCAL acompanhada dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista e ACEITE do objeto, para efetuar o pagamento, não sendo permitido, por lei antecipar o mesmo.

17.4.1. O pagamento somente será efetuado após “atesto” pelo servidor competente, na Nota Fiscal apresentada pela adjudicatária.

17.5. Ocorrendo atraso no pagamento por omissão, erro ou dolo do DMAES, será pago ao proponente, ainda, multa de 2% (dois por cento) do valor total da fatura.

17.6. O pagamento somente será efetuado após cada parcela entregue ou executada, aceite do DMAES, além do cumprimento das demais cláusulas e condições do Edital.

17.7. Ocorrendo atraso por culpa do adjudicatário, o mesmo estará sujeito às sanções previstas na legislação.

17.8. O Pagamento ficará retido até o aceite final do Requisitante/Almoxarifado.

17.9. Os pagamentos serão realizados por meio de transferência, depósito bancário ou em cheque nominal á CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados após cada parcela entregue, conferência e aceite da correspondente Nota Fiscal, juntamente com entrega das certidões negativas conjunta e do FGTS, demonstrando a quantidade total dos itens fornecidos até aquela data, com os respectivos preços unitário e total. A liberação do pagamento, contudo, ficará sujeita ao aceite do objeto pela equipe técnica do DMAES.

17.10. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA, diretamente ao responsável pela Diretoria Administrativa do DMAES, que somente atestará a entrega das mercadorias/serviços e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

17.11. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, tal situação será reportada à Contratada pelo representante do DMAES e o pagamento ficará condicionado à solução da pendência detectada.

17.11.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da pendência ou reapresentação do documento fiscal na forma exigida pela Contratante, não acarretando qualquer ônus para a Autarquia.

17.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, contatada por meio da consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta nos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993. Os pagamentos serão realizados por meio de transferência, depósito bancário ou em cheque nominal á adjudicatária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados após cada parcela entregue, conferência e aceite da nota fiscal, juntamente com entrega das certidões negativas conjunta e do FGTS, demonstrando a quantidade total dos itens fornecidos até aquela data, com os respectivos preços unitário e total.

17.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio da consulta on-line ao SICAF ou, mediante consulta nos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.14. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo às sanções cabíveis, caso se constate que a adjudicatária:

- a) não produziu os resultados acordados ou não atingiu os objetivos do DMAES;
- b) deixou de executar as atividades, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou entrega dos materiais, ou com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

17.15. Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.16. Quando do pagamento, será efetuada as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

17.16.1. A adjudicatária, regularmente optante pelo Simples Nacional, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.16.2. Quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na LC 116/2003 e na legislação municipal aplicável.

17.17. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

17.17.1. O pagamento será realizado de mediante a apresentação da apólice, aceite do fiscal do contrato e entrega do boleto, juntamente com as certidões negativas conjunta e do FGTS, em até 30 (trinta) dias.

17.17.2. É de responsabilidade da Contratada enviar a Apólice/Boleto juntamente com os documentos relacionados no item anterior e caberá ao Fiscal do Contrato/Ata conferir os documentos e dar o aceite, só podendo encaminhar para o Setor de Contabilidade/Finanças para pagamento com todos esses pré-requisitos cumpridos.

17.17.3. Não será dado prosseguimento ao pagamento da apólice/Boleto que chegarem ao Setor de Contabilidade/Finanças sem a documentação exigida ou sem o aceite do Fiscal.

XVIII – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

18.1. As despesas desta licitação correrão à conta de dotações orçamentárias previstas no Orçamento do DMAES para o exercício corrente, nos seguintes elementos de despesa, sob a rubrica: **17.512.0050.4005 – 339039 - Manutenção dos Serviços de Água Tratada - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.**

18.2. As despesas serão quitadas com recursos financeiros próprios.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Da Sessão Pública do Pregão lavrar-se-á a Ata no próprio sistema eletrônico do COMPRASNET, que será impressa e juntada ao Processo e publicada no site oficial do DMAES.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos avisos e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

19.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação/fornecimento.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

19.6.1. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. Em caso de divergência entre o descrito no Termo de Referência e no COMPRASNET, prevalecem as descrições e unidades de medida contidas no Termo de Referência, sendo esta parte integrante do Edital.

19.10. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

19.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.11. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

19.12. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

19.13. Toda a documentação deste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

19.14. O(A) Pregoeiro(a) poderá determinar a apresentação de documento original, com vistas à confirmação da autenticidade de cópia apresentada no certame, quando julgar necessário ou se o documento for impugnado por algum licitante, em prazo a ser definido para cumprimento da diligência.

19.15. O(A) Pregoeiro(a), no interesse do Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, desde que não contrariem a legislação, sendo possível a promoção de diligências, destinadas a instrução do processo, conforme § 3º, do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

19.16. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação.

19.17. As decisões do Diretor Geral do DMAES e do(a) Pregoeiro(a), serão publicadas no Diário On Line da AMM, órgão de Imprensa Oficial do Município de Ponte Nova, no endereço eletrônico <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>, e, quando a Lei determinar, na Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, no endereço eletrônico www.jornalminasgerais.mg.gov.br, quando for o caso, ou no site do DMAES, no endereço eletrônico www.dmaespontenova.mg.gov.br, ou no Quadro de Avisos da Autarquia, localizado na recepção da Sede Administrativa.

19.18. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

19.19. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação ou aquisição, podendo o DMAES revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.

19.20. Para atender a seus interesses, o DMAES poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

19.21. O DMAES poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

19.22. A autoridade competente poderá revogar em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

19.23. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação das propostas e a Administração não será responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo.

19.24. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.25. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova/MG, para dirimir eventuais conflitos da licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Ponte Nova (MG), 01 de junho de 2023.

<u>Edital Elaborado Por:</u>		<u>Edital Emitido Por:</u>	
LÚCIO MAURO GOMIDES Pregoeiro Oficial		ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ Diretor Geral	
<u>De acordo:</u>			
CARLOS HENRIQUE MARCELO Equipe de Apoio (suplente)	ELIANA FELÍCIO VIEIRA Equipe de Apoio (suplente)	ELIAS ANTÔNIO COUTINHO Equipe de Apoio (titular)	

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO

1.1. Contratação de Seguro Total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES, conforme especificações detalhadas no item 02.

2.DESCRICÃO DETALHADA

ITEM	CÓDIGO	CAT/MAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	FICHA	Valor Unitário Máximo Aceitável por Item R\$	Valor Total Máximo Aceitável por Item R\$	Diferença Mínima Por Lance (%)
01	10338	22764 (referente)	SEGURO TOTAL DE RETROESCAVADEIRA Contratação de Seguro Total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES. CHASSI: 9AD406AQLH0006749 - Ano Fab/Mod.: 2017/2017 Vigência: 12 meses	sv	01	44	8.666,46	8.666,46	1,00

2.1 Havendo divergência entre a especificação do CATMAT/CATSER e a constante neste Termo de Referência, prevalecerá a especificação do Termo de Referência, ao qual a proposta se vincula.

3. JUSTIFICATIVA

3.1.A contratação de serviço seguro de retroescavadeira tem por finalidade atender às necessidades do DMAES, no que tange à segurança patrimonial, de terceiros e de nossos colaboradores tendo a garantia de uma proteção capaz de cobrir as despesas necessárias e imediatas em um evento adverso (sinistro), evitando transtornos para a autarquia.

3.2.Sugere-se que seja realizada a contratação dos itens através de Licitação na modalidade Pregão (eletrônico), por serem considerados serviços comuns, ou seja, disponíveis no mercado para contratação a qualquer momento, padronizados, possuindo atributos essenciais de forma objetiva e uniforme, cujas características são invariáveis e ainda, não possuindo peculiaridades específicas para atendimento somente às necessidades do DMAES.

4. FORMA

- 4.1.O serviço deverá ser imediato durante a vigência do contrato.
- 4.2.Os serviços deverão ser executados, conforme necessidade e exigências do DMAES, com todas as despesas inclusas incluindo material e mão de obra.
- 4.3.A seguradora deverá disponibilizar um número de telefone de fácil acesso, que receba ligações sem custo para o segurado, tanto de telefones fixo quanto móvel.
- 4.4.A seguradora deverá oferecer possibilidade transferência de seguro, de um veículo para o outro, sem custo adicional, mesmo quando não se tratar de veículo 0Km.

- 4.5. A seguradora deverá realizar vistoria antes da emissão dos cartões de segurado.
- 4.6. A seguradora deverá prestar pronto atendimento, inclusive quando necessário, no local do sinistro, principalmente quando se tratar de danos a terceiros.
- 4.7. Como pronto atendimento subentende-se em **até 01(uma) hora** após a solicitação para a solução ou encaminhamento da demanda.
- 4.8. A sede do DMAES fica à Avenida Ernesto Trivellato, 158, bairro Triângulo, CEP: 35430-141, Ponte Nova/MG.

5. GARANTIA

- 5.1. A contratada fica obrigada a garantir que os serviços sejam prestados com zelo e destreza, mantendo sempre a integridade dos veículos.

6. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será realizado de mediante a apresentação da apólice, aceite do fiscal do contrato e entrega do boleto, juntamente com as certidões negativas conjunta e do FGTS, em até 30 (trinta) dias.
- 6.2. É de responsabilidade da Contratada enviar a Apólice/Boleto juntamente com os documentos relacionados no item anterior e caberá ao Fiscal do Contrato/Ata conferir os documentos e dar o aceite, só podendo encaminhar para o Setor de Contabilidade/Finanças para pagamento com todos esses pré-requisitos cumpridos.
- 6.3. Não será dado prosseguimento ao pagamento da apólice/Boleto que chegam ao Setor de Contabilidade/Finanças sem a documentação exigida ou sem o aceite do Fiscal.

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 7.1. As despesas serão afixadas nas seguintes dotações orçamentárias: **17.512.0050.4005 – 339039 – Manutenção dos Serviços de Água Tratada – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica;**
- 7.2. A despesa será quitada com recurso financeiro próprio.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições deste Termo de Referência, de forma a garantir a qualidade dos serviços a serem executados.
- 8.2. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio público, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.
- 8.3. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a autarquia reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.
- 8.4. Fornecer o material necessário à execução dos serviços e dispor de todas as ferramentas e equipamentos ao tipo de serviço a ser realizado.
- 8.5. Garantir a qualidade dos serviços executados pelos seus empregados de modo que estes

estejam de acordo com o exigido neste Termo quando do cumprimento das obrigações.

8.6. Responder pelos danos causados aos veículos, quanto resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

8.7. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.8. Comunicar ao DMAES, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida aprovação.

8.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços através de um servidor designado, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça a qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2. Efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados.

9.3. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste Termo de Referência.

9.4. Comunicar à detentora da ata, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que não seja repetido.

10. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

10.1. Menor Preço por Item.

11. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, sendo que as especificações e demais condições técnicas estabelecidas no Edital e seus anexos serão avaliadas no momento da entrega, na Inspeção de Recebimento.

11.2. Será desclassificada a proposta que:

11.2.1. Não se refira à integridade do objeto.

11.2.2. Não atenda às exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência.

11.2.3. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, analisado para execução global do objeto e cumprimento das normas legais, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

11.2.4. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio.

11.2.5. Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com os Pregoeiros, após diligência

e mediante expressa anuência do licitante.

11.2.6.O licitante poderá proceder à correção ou ajuste da Proposta Comercial alterando divergências apuradas pelos Pregoeiros nos itens componentes, por meio de diligência.

11.2.7.Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

11.2.8.Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

11.2.9.Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

11.2.10.Os Pregoeiros, no julgamento das propostas, poderão desconsiderarevidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.

11.2.11.Critérios de análise técnica da Proposta não serão realizados no momento da análise da Proposta, tendo em vista que o critério é o de Menor Preço.

11.2.12.A análise sobre o atendimento das exigências técnicas da especificação definidos no Termo de Referência do DMAES será feita no momento deinspeção de recebimento do objeto.

12.SANÇÕES E PENALIDADES

12.1.De acordo com o Decreto Municipal nº 11.955/2021, conforme art.49 c/c parágrafo 1ºdo Decreto.

13.PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1.A gestão e fiscalização da Ata terá como responsáveis: Carlos Henrique Marcelo Gestor de Contratos, matrícula 481. E-mail de contato: contratos@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5367.

13.2.FISCAL: Chefe da Seção de Frota. E-mail de contato: frotas@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5390.

13.3.Compete ao gestor da ata acima identificada exercer a função administrativa da mesma,com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quaissejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência e estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico financeiro.

13.4.Compete ao fiscal da ata acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objetorespectivo, encaminhar informações ao gestor de contratos, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, sanar as dúvidas que surgirem nocurso da execução do contrato, etc.

14. DOCUMENTAÇÃO

14.1.Documento relativo à Qualificação Técnica: Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa Licitante, comprovando o fornecimento em características semelhantes ao objeto da presente licitação.

15. VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

16. PREÇOS

16.1. Os preços deverão ser ofertados com no máximo duas casas decimais.

16.2. Os valores unitários médios de mercado estão listados no Mapa de Variação de Mercado, emitido pelo Setor de Compras, após coleta de orçamentos e serão disponibilizados no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET.

17. ORÇAMENTO ESTIMADO

17.1. O orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários deverá estar inserido nos autos do Processo Licitatório em sua fase interna, e disponível na Sede da Autarquia para vistas dos interessados.

17.2. O Preço Médio Global fixado para contratação dos serviços será R\$8.666,46 (Oito Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Quarenta e Seis Centavos) sendo este considerado valor máximo aceitável para a prestação de serviços.

18. VALIDADE DA PROPOSTA

18.1. A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias.

19. REAJUSTE DE PREÇOS

19.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados, podendo ocorrer recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/1993;

19.2. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

19.3. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Gestor de Contratos da Autarquia.

19.4. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/1993.

19.5. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado e publicação do Termo de Aditamento.

19.6. A empresa contratada não poderá alegar desconhecimento das condições de fornecimento dos itens deste Termo de Referência para solicitar pedidos de reajustes de preços.

20. ANEXOS

20.1. Esse Termo de Referência é composto de um anexo: RIMS.

Ponte Nova/MG, 01 de junho de 2023.

Requisitado por: _____

Walter Superbi Toledo
Chefe da Seção de Frotas

Autorizado por: _____

Anderson Roberto Nacif Sodré
Diretor Geral

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa: (Razão Social da Empresa)

CNPJ: (Nº de inscrição) INSCRIÇÃO ESTADUAL: (Nº de inscrição)

Endereço: (Endereço completo) Contato: (Tel. e E-mail)

Responsável Legal: (Nome completo do sócio/administrador) RG e CPF: (Nº de inscrição)

Ao DMAES de Ponte Nova – MG

Processo nº: _____ Pregão nº: _____

Objeto: _____

Prezados Senhores,

Pela presente, formulamos Proposta de Preços para _____, de acordo com todas as condições do Pregão nº _____/_____ e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Marca	UNID	QTDE	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
01						
02						
...						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA Por extenso						

O prazo de validade da presente proposta é de _____ dias corridos, a contar da abertura da mesma.

Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, materiais, pessoal, mão de obra, frete, carga e descarga, embalagens, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento.

Declaramos haber recebido do DMAES o Edital e seus Anexos, estando ciente de todas as suas normas e exigências, as quais aceitamos da forma como propostas.

Atenciosamente,

Local /UF, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal

NOME / QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

RG E CPF

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC XXXIII DO ART. 7º DA CF/88

DECLARAÇÃO

Ao DMAES de Ponte Nova – MG

Processo nº: _____ Pregão nº: _____

Objeto: _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, cidade de _____/_____, através de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal/88, inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso, insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal

NOME / QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
RG E CPF

OBS.: USAR PAPEL TIMBRADO.

ANEXO IV – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Ao DMAES de Ponte Nova – MG

Processo nº: _____ Pregão nº: _____

Objeto: _____

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede à _____, nº _____, bairro _____, cidade de _____, atesta para os fins de habilitação em Processo Licitatório, que a empresa _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____ (____), inscrita no CNPJ sob o nº _____, prestou serviços de _____ (OU FORNECEU OS SEGUINTE ITENS: _____), de qualidade satisfatória, dentro do prazo e demais condições satisfatórias.

Por ser verdade, assino de pleno acordo.

Local (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal
NOME / QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
RG E CPF

OBS.: USAR PAPEL TIMBRADO.

ANEXO V – MINUTA DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Dep. Mun. Água Esgoto e San. Ponte Nova Av. Ernesto Trivellato, 158 Triângulo Ponte Nova/MG (31) 38195371 CEP: 35430-141 CNPJ: 23.802.507/0001-64 Inscrição Estadual	ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO	Código: _____
	Processo: PRC____/____ Licitação: PREG____/____ O.F. _____: ____/____/____ Data da O.F.: ____/____/____	Frete: Fornecedor Preço: Fixo Cond. Pagamento: ____ dias Prazo de FORNECIMENTO: ____ dias

FORNECEDOR: _____ CPF/CNPJ: _____
ATIVIDADE: _____ EMAIL: _____
ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____
FONE: _____ FAX: _____

ITEM	QUANT.	UNIDADE	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	--------	---------	---------	----------------	-------------

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: _____
FICHA: _____ EMPENHO: _____
VALOR TOTAL: R\$ ()

OBS: _____

LOCAL DE FORNECIMENTO: _____

SETOR DE LICITAÇÕES

DIRETOR GERAL

ATENÇÃO:- Obrigatório Constar na Nota Fiscal "Referente à OF00XXX/20XX e EMPENHO EX 00XXX."

ESTA ORDEM DE FORNECIMENTO É O DOCUMENTO OFICIAL QUE SERÁ ENVIADO AO LICITANTE VENCEDOR SOLICITANDO O FORNECIMENTO DO OBJETO.

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX.

O **DMAES - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, Autarquia Municipal, com sede à Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-141, inscrito no CNPJ sob o nº 23.802.507/0001-64, representado por seu Diretor Geral, **ANDERSON ROBERTO NACIF SODRE**, CPF: 035.124.436-05, ora denominado **CONTRATANTE**, e a empresas _____, instituição _____, com sede _____, nº _____, bairro _____, cidade de _____/_____, CEP: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por _____, CPF: _____, telefone: _____, e-mail: _____, ora denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo nº 032/2023, Pregão nº 022/2023, Eletrônico, com base legal nos, **Decretos Municipais nºs 11.433/2019, 11.604/2020, 11.955/2021, 12.990/2023, 12.973/2023 e 13.030/2023, Lei Municipal nº 4.370/2019, Decreto Federal 7.892/2013 e Leis Federais nºs 10.520/2002 e 8.666/93, Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014 e alterações, posteriores alterações, demais legislações, condições fixadas no Edital** e demais legislações pertinentes, devidamente ratificada e homologada pelo Diretor Geral do DMAES, com sujeição à legislação aplicável, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente **CONTRATO** é Contratação de Seguro Total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES, conforme especificação detalhada no item 02 do Termo de Referência – EXECUÇÃO IMEDIATA.

1.1.1. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO

2.1. A forma de EXECUÇÃO do objeto do presente **CONTRATO**, será do tipo **EXECUÇÃO IMEDIATA E DE FORMA CONTÍNUA**, durante a VIGÊNCIA DO CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** obriga-se a executar, conforme solicitado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a não efetuar, em qualquer hipótese, a EXECUÇÃO de modo a contrariar a forma aqui estabelecida, pelo que, desde já exime a **CONTRATANTE**, de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS

3.1. Os valores unitários e os quantitativos dos itens contratados são:

Item	Especificação	Código	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01						

3.1.1. Perfazendo, o presente CONTRATO, o valor total de R\$ ().

Edital nº 022/2023 – Processo nº 032/2023 – Pregão nº 022/2023 (Eletrônico)

Objeto: Contratação de Seguro Total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES, conforme especificação detalhada no item 02 do Termo de Referência – EXECUÇÃO IMEDIATA

CLÁUSULA QUARTA: DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Em até 30 (trinta) dias, após aceite do DMAES, mediante apresentação da Nota Fiscal acompanhada das CND's Conjunta Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e do CRF do FGTS.

4.1.1. Na existência de erros, a Autarquia devolverá a Nota Fiscal, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da sua apresentação, passando a contar novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

4.1.2. Todo pagamento está condicionado a apresentação e ao aceite do DMAES.

4.2. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.4. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no subitem anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4.5. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, conforme dispõe o Termo de Referência.

4.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

4.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

4.8. Todo pagamento está condicionado ao aceite dos gestores e responsáveis pelo CONTRATO, e serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das CND's Conjunta Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e CRF do FGTS.

4.9. Após recebimento da Nota Fiscal, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA ou por meio de pagamento de boleto.

4.10. Em cumprimento à legislação vigente, o DMAES reterá, na fonte, os tributos devidos e vinculados ao FORNECIMENTO/EXECUÇÃO do objeto deste contrato.

4.11. FORMA DE PAGAMENTO:

4.11.1. O pagamento será realizado de mediante a apresentação da apólice, aceite do fiscal do contrato e entrega do boleto, juntamente com as certidões negativas conjunta e do FGTS, em até 30 (trinta) dias.

4.11.2. É de responsabilidade da Contratada enviar a Apólice/Boleto juntamente com os documentos relacionados no item anterior e caberá ao Fiscal do Contrato/Ata conferir os documentos e dar o aceite, só podendo encaminhar para o Setor de Contabilidade/Finanças para pagamento com todos esses pré-requisitos cumpridos.

4.11.3. Não será dado prosseguimento ao pagamento da apólice/Boleto que cheguem ao Setor de Contabilidade/Finanças sem a documentação exigida ou sem o aceite do Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DO CONTRATO

5.1. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

5.2. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/1993;

5.3. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

5.4. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Gestor de Contratos da Autarquia.

5.5. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/1993.

5.6. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado e publicação do Termo de Aditamento.

5.7. A empresa contratada não poderá alegar desconhecimento das condições de execução dos itens do Termo de Referência para solicitar pedidos de reajustes de preços.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. RESPONSÁVEL PELO ACEITE OU ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS: Setor de Engenharia.

6.2. O prazo de duração do presente CONTRATO, se limita a 12 (doze) meses, ou até o fim exercício financeiro, ou do quantitativo contratado, o que for cabível, com sua vigência de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx.

Parágrafo Único: O presente CONTRATO poderá ser rescindido, aditado, suprimido ou prorrogado nos limites, prazos e condições previstos na Lei Federal nº 8666/93.

6.3. FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.3.1. O serviço deverá ser imediato durante a vigência do contrato.

- 6.3.2. Os serviços deverão ser executados, conforme necessidade e exigências do DMAES, com todas as despesas inclusas incluindo material e mão de obra.
- 6.3.3. A seguradora deverá disponibilizar um número de telefone de fácil acesso, que receba ligações sem custo para o segurado, tanto de telefones fixo quanto móvel.
- 6.3.4. A seguradora deverá oferecer possibilidade de transferência de seguro, de um veículo para outro, sem custo adicional, mesmo quando não se tratar de veículo 0Km.
- 6.3.5. A seguradora deverá realizar vistoria antes da emissão dos cartões de segurado.
- 6.3.6. A seguradora deverá prestar pronto atendimento, inclusive quando necessário, no local do sinistro, principalmente quando se tratar de danos a terceiros.
- 6.3.7. Como pronto atendimento subentende-se em **até 01(uma) hora** após a solicitação para a solução ou encaminhamento da demanda.
- 6.3.8. A sede do DMAES fica à Avenida Ernesto Trivellato, 158, bairro Triângulo, CEP: 35430-141, Ponte Nova/MG.

CLÁUSULA SETIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O recurso financeiro destinado ao pagamento da importância contratada, será feito com recursos próprios do DMAES, e acham-se previstos na dotação orçamentária sob a rubrica: **17.512.0050.4005 – 339039 – Manutenção dos Serviços de Água Tratada – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.**

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA

8.1. A contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de vigência do contrato e sem ônus para a contratante, a substituição dos produtos ou serviços do Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem problemas de fabricação, itens com datas de validade vencidas ou qualquer outra discordância com o que fora contratado.

8.2. A substituição dos produtos ou serviços, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 10 (dez) dias, contados da comunicação realizada pela Contratante.

8.3. Os produtos ou serviços a serem fornecidos ou executados deverão ser de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam suas usabilidades e deverá atender rigorosamente às descrições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1. Obrigações da Contratada

9.1.1. Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, no prazo legal e indicado pelo DMAES, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos itens.

9.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstituir, às suas expensas, imediatamente os itens que chegarem fora das especificações.

9.1.4. Comunicar ao DMAES imediatamente ao pedido os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida aprovação.

9.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

9.1.6. Cumprir todas as condições, prazos e especificações previstas do Termo de Referência.

9.1.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.8. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.9. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares.

9.1.10. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários.

9.1.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

9.2. Obrigações da Contratante

9.2.1. Enviar as Ordens de Fornecimento a cada solicitação.

9.2.2. Dar o aceite definitivo para cada execução

9.2.3. Comunicar ao Fornecedor, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que sejam substituídos.

9.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor através de servidor especialmente designado.

9.2.5. Efetuar o pagamento no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

9.3. Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, previstas no art. 393 do Código Civil de 2002, a CONTRATADA responderá com suporte no princípio da responsabilidade subjetiva, por quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por ato ou fato, comissivo ou omissivo da CONTRATADA e/ou de seus prepostos, diante de eventuais vícios e/ou defeitos dos serviços prestados, esta responderá conforme previsões da legislação vigente, aplicável à natureza do negócio jurídico.

9.3.1. Em caso de ocorrência de prejuízos e danos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE ao seu alvedrio, declarará a ocorrência do débito respectivo e fixará o valor do prejuízo, podendo abatê-lo das faturas relativas ao fornecimento prestado pela CONTRATADA, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial independentemente da CONTRATADA na apuração de débito, a FORNECIMENTO de letras de câmbio e valor equivalente ao dano, com força de título executivo extrajudicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

9.3.2. A CONTRATADA obriga-se em manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZ: DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, obedecerá, no âmbito da Administração Pública do Município de Ponte Nova, às normas estabelecidas no Decreto Municipal nº. 11.955/2021.

10.1.1. As disposições do Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, nos termos que dispõe a legislação vigente.

10.1.2. Toda e qualquer contratação realizada pela Administração Pública deverá prever no instrumento convocatório, contrato ou nota de empenho a aplicação de penalidade de multa administrativa nos casos de atraso e inexecução parcial ou total do objeto contratado.

10.1.3. A previsão que trata este artigo engloba a forma de aplicação da penalidade, inclusive com fórmula própria e/ou percentual, de maneira a propiciar sua exequibilidade.

10.1.4. A finalidade das sanções administrativas em licitações e contrato é reprovar a conduta praticada pelo sancionado, desestimular a sua reincidência, bem como prevenir sua prática futura pelos demais licitantes contratados.

10.2. As pessoas físicas ou jurídicas licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas estão sujeitas às sanções seguintes.

10.3. ADVERTÊNCIA: A sanção de advertência será aplicada em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

10.4. MULTA: A multa é a sanção pecuniária que será imposta à pessoa física ou jurídica licitante ou à contratada responsável pelo atraso/mora no cumprimento de suas obrigações licitatórias ou contratuais ou pela prática de determinados atos, de acordo com os percentuais a seguir:

10.4.1. Percentuais de multa moratória:

I- 0,5% (zero, cinco por cento) por dia de atraso injustificado, ou de justificativa recusada pela Administração, relacionado ao prazo de entrega/fornecimento do bem ou à execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 5% (cinco por cento).

II- 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado, ou de justificativa recusada pela Administração, relacionado ao prazo de entrega/fornecimento do bem ou à execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 15% (quinze por cento);

10.4.2. Percentuais de multa compensatória:

- I- 10% (dez por cento) sobre o valor do bem ou serviço contratado, pelo descumprimento de qualquer obrigação por parte da pessoa física ou jurídica, exceto aquelas relacionadas ao prazo de entrega/fornecimento ou execução.

10.4.3. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

10.4.4. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.

10.4.5. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.

10.4.6. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas no Decreto.

10.5. IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Ponte Nova e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I-não assinar o contrato ou a Ata de Sistema de Registro de Preços;

II-não entregar a documentação exigida no edital;

III-apresentar documentação falsa;

IV-causar o atraso na execução do objeto;

V-não manter a proposta;

VI-falhar na execução do contrato;

VII-fraudar a execução do contrato;

VIII-comportar-se de modo inidôneo;

IX-declarar informações falsas; e

X-cometer fraude fiscal.

10.5.1. As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

10.5.2. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

10.6. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA: A suspensão é a sanção que impossibilita a participação de pessoa física ou jurídica em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral, de acordo com os prazos a seguir:

- I- mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenas ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;

II – mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando a licitante solicitar cancelamento da proposta após o resultado do julgamento;

III – mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o contrato/nota de empenho ou retirar/receber a autorização/ordem de entrega/fornecimento do bem ou prestação do serviço;

IV – mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;

V – mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada apresentar documentos fraudulentos nas licitações, em prejuízo da responsabilização penal e civil;

IV – mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.6.1. A suspensão poderá ser aplicada até o dobro, em caso de reincidência.

10.6.2. A declaração de inidoneidade será aplicada pela máxima autoridade do DMAES.

10.6.3. A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

10.6.4. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada na forma do Decreto Municipal 11.955/2021 e seus efeitos extensivos a toda Administração Pública.

10.7. A(s) advertências(s) prevista(s) acima serão aplicadas pela autoridade superior, de ofício.

10.8. Uma vez advertido o licitante vencedor e não cumprido o prazo de 02 (dois) dias a contar da advertência, o setor interessado (requisitante) lavrará Termo circunstanciado do descumprimento do contrato, que será encaminhado à Comissão especialmente designada, conjuntamente com a Assessoria Jurídica para que sejam tomadas as medidas necessárias para aplicação das demais sanções e penalidades previstas acima.

10.9. A aplicação das sanções e penalidades pela Autoridade Superior, após apreciação da defesa apresentada pelo inadimplente, garantida a observância aos princípios administrativos do Contraditório e da Ampla Defesa, por meio de prazo adequado à prévia defesa e observará os seguintes procedimentos:

10.9.1. O licitante será notificado do descumprimento, para apresentação da defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua notificação, sendo-lhe assegurada vista imediata aos autos;

10.9.2. Decorrido o prazo de defesa, se necessário, será solicitado aos requisitantes que se manifestem no prazo máximo de 02 (dois) dias, garantido nesse caso o direito do licitante em apresentar nova defesa em igual prazo;

10.9.3. Expirado os prazos, a Autoridade Superior decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pela aplicação ou não da sanção ou penalidade, e declaração de inidoneidade;

10.9.4. O licitante poderá interpor pedido de revisão, por uma única vez, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da decisão, cujo julgamento se dará em igual prazo.

10.10. A aplicação das sanções e penalidades será precedida de regular Processo Administrativo.

10.11. A aplicação das penalidades previstas neste artigo são cumulativas e não excluem outras que possam decorrer pelo não cumprimento do pactuado.

10.11.1. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por não cumprimento do contrato/ata, o atraso no seu cumprimento parcial, total ou início de sua execução.

10.12. Os valores das multas aplicadas, deverá ser recolhido, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção/penalidade.

10.13. Se, durante o processo de aplicação de sanção e penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.15. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o DMAES poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.17. O DMAES adotará rito similar ao adotado pela União para a instauração de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, podendo editar normas específicas sobre a matéria.

CLÁUSULA ONZE: DA RESCISÃO

11.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações, à qual as partes expressamente se submetem podendo ser determinada:

- a) por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do citado artigo, quando nenhuma indenização será devida à CONTRATADA;
- b) amigável, por acordo, havendo conveniência para a CONTRATANTE, através de termo de distrato;
- c) judicial, nos termos da Lei.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de rescisão não amigável do CONTRATO, não vinculada a ato ou fato da CONTRATADA, será dado pré-aviso com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo: Permanecem, reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações.

Parágrafo Terceiro: Este CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral, escrito e motivado da CONTRATANTE quando o interesse público o justificar, sem indenização à CONTRATADA, nos termos do art. 79 da Lei n.º 8666/93, a não ser o caso de dano efetivo resultante.

CLÁUSULA DOZE: VINCULAÇÃO AO EDITAL, PARTES INTEGRANTES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. Integram o presente CONTRATO, como se dele fizesse parte, as legislações pertinentes, com suas posteriores alterações, a Proposta de Preços firmada pela CONTRATADA, naquilo em que não conflitem com este instrumento, o Edital e o Termo de Referência do Processo a que se refere.

12.2. O presente CONTRATO vincula-se às Leis Federais nº 8666/93, nº 10520/2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014 e alterações e Decretos Municipais nº 4957/2004, 9259/2013 e 11.433/2019, posteriores alterações, aplicando-se nos casos omissos o disposto na legislação civil vigente e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA TREZE: DA CESSÃO

13.1. O objeto deste CONTRATO deverá ser executado diretamente pela CONTRATADA, vedadas cessão e sublocação, salvo na ocorrência comprovada de força maior ou caso fortuito, o que dependerá de anuência da CONTRATANTE, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica.

CLÁUSULA QUATORZE: DO ADITAMENTO

14.1. O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos ou ainda, mediante termo aditivo, ter variação de valor ou modificação de quantidade, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINZE: DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A gestão e fiscalização do contrato terão como responsáveis:

15.1.1. **GESTOR DO CONTRATO:** Carlos Henrique Marcelo, Gestor de Contratos. E-mail de contato: contratos@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5350.

15.1.2. **FISCAL DO CONTRATO:** *Walter Superbi Toledo*, Chefe da Seção de Frota. E-mail de contato: frotas@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5390.

15.2. *Compete ao gestor do contrato acima identificada exercer a função administrativa da mesma, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais que sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência e estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico financeiro.*

15.3. *Compete ao fiscal do contrato acima identificada exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações à gestora de contratos, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, sanar as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.*

CLÁUSULA DEZESSEIS: DO FORO

16.1. *As partes elegem o foro da Comarca de Ponte Nova-MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja, para solução de qualquer pendência atinente a este CONTRATO.*

E por estarem assim ajustados, as partes firmam o presente Contrato, com quatro vias para um só efeito, depois de lido e achado conforme na presença de duas testemunhas.

Ponte Nova (MG), ____ de _____ de _____.

ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ- Diretor Geral - CPF: 035.124.436-05
DMAES – Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento – CONTRATANTE

_____/Representante Legal - CPF: _____
_____- CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ RG: _____

2) _____ RG: _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CAF8-7E50-12F1-CC2A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUCIO MAURO GOMIDES (CPF 001.XXX.XXX-09) em 01/06/2023 17:40:49 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ (CPF 035.XXX.XXX-05) em 01/06/2023 17:48:09 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ELIANA FELICIO VIEIRA (CPF 031.XXX.XXX-26) em 01/06/2023 17:57:42 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CARLOS HENRIQUE MARCELO (CPF 707.XXX.XXX-87) em 02/06/2023 12:35:36 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ELIAS ANTÔNIO COUTINHO (CPF 082.XXX.XXX-40) em 02/06/2023 15:03:03 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/CAF8-7E50-12F1-CC2A>